



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28, DE 2016

(Proveniente da Medida Provisória nº 737, de 2016)

Altera as Leis nºs 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública, e 12.086, de 6 de novembro de 2009, que dispõe sobre os militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de lei de conversão

- Medida provisória original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1475260&filename=MPV-737-2016

- Emendas apresentadas perante a Comissão Mista

<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getTexto.asp?t=197678>

- Parecer nº 52, de 2016 - CN da Comissão Mista

<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getTexto.asp?t=200957>

- Nota técnica

<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getTexto.asp?t=197239>

- Sinopse de tramitação na Câmara

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp;proposicoesWeb2?idProposicao=2090936&ord=1&tp=completa



Página da matéria

Altera as Leis n°s 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública, e 12.086, de 6 de novembro de 2009, que dispõe sobre os militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei n° 11.473, de 10 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º

§ 1º As atividades previstas no *caput*, excepcionalmente, poderão ser desempenhadas em caráter voluntário por militares dos Estados e do Distrito Federal que tenham passado para a inatividade há menos de cinco anos, desde que a condição de inatividade não tenha se dado em razão de doença, acidente, invalidez, incapacidade, idade-limite, licenciamento a bem da disciplina, condenação judicial transitada em julgado ou expulsão.

§ 2º O disposto nos arts. 6º e 7º aplica-se aos militares inativos de que trata o § 1º.”(NR)

Art. 2º O *caput* do art. 57 e os §§ 2º e 3º do art. art. 79 da Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 57. As exigências de que tratam os incisos I e II do art. 32 serão aplicadas após quinze anos contados da data de publicação desta Lei e, durante este período de transição, a promoção será processada, observando-se as vagas existentes pelo critério disposto no art. 25.

..... ” (NR)

“Art. 79.

.....

§ 2º As exigências de que tratam os incisos I, II e IV do *caput* serão aplicadas após quinze anos contados da data de publicação desta Lei.

§ 3º No período de transição a que se refere o § 2º, a promoção de que trata o *caput* será processada, observando-se as vagas existentes pelo critério disposto no art. 97, as disposições desta Lei e os seguintes:

I - (revogado);

II - (revogado);

..... " (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de outubro de 2016.

WALDIR MARANHÃO

1º Vice-Presidente no Exercício da Presidência

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA

Data início	Data fim	Tipo de tramitação
07/07/2016		Publicação no DOU
07/07/2016	13/07/2016	Emendas (6 dias após a publicação)
	03/08/2016	Prazo na CD (até 28º dia)
03/08/2016		Recebimento previsto no SF
04/08/2016	17/08/2016	Prazo no SF (42º dia)
17/08/2016		Se modificado, devolução à CD
18/08/2016	20/08/2016	Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD (43º ao 45º dia)
21/08/2016		Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de
	04/09/2016	Prazo final no Congresso Nacional (60 dias)
	03/11/2016	Prazo final prorrogado